

CATERINA RESTA
PAULO IRINEU

GEOFILOSOFIA



“A Geofilosofia é, também, uma *topologia*, pois é uma disputa contra o privilégio concedido ao Ocidente, pela história, e contra uma concepção linear e sequencial de tempo, ela contrapõe a ideia de ‘topologia humana’ como uma abertura no espaço-tempo do evento, centrada no lugar.” [**Caterina Resta**]

“Fazer Geofilosofia significa, portanto, procurar respostas para as indagações humanas que valorizem tanto o universal, quanto o particular; tanto a humanidade, quanto a pessoa; tanto a Terra, quanto o lugar.” [**Paulo Irineu**]

Caterina Resta
Paulo Irineu Barreto Fernandes

GEOFILOSOFIA



Ituiutaba
2019

© Caterina Resta, Paulo Irineu Barreto Fernandes. 2019.

Editor da obra: Anderson Pereira Portuguez

Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez.

Créditos da imagem: Vista de Messina. Capt. Sturt, R.N., por Orme, Edward [1812]

Diagramação: Anderson Ferreira de Azevedo Filho.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento – :

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Pareceristas:

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Prof. Dr. Ricardo Lanzarini

Prof. Dr. Rosselvet José Santos

Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Prof. Dr. Giovanni F. Seabra

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Geofilosofia: Caterina Resta, Paulo Irineu Barreto Fernandes.
Ituiutaba: Barlavento, 2019, 57 p.

ISBN: 978-85-68066-99-7

1. Geofilosofia. 2. Filosofia. 3. Cultura. 4. Sociedade 5. Geografia

I. RESTA, Caterina. II. FERNANDES, Paulo Irineu Barreto.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

Agradecimentos

Centro Europeo di Studi su Mito e Simbolo – Itália

Grupo de Pesquisa em Geofilosofia – IFTM/CNPQ

Laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT) – IG - UFU

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

Prof. Dr. Sandro Gorgone

Programa de Pós-graduação em Filosofia (POSFIL) - UFU

Realização

Itália:

Centro Europeo di Studi su Mito e Simbolo

Brasil:

Grupo de Pesquisa em Geofilosofia – IFTM/CNPQ
Laboratório de Geografia Cultural – IG-UFU
Projeto DIRPE II/17- (2017/2019)

Apresentação

O meu primeiro contato com o termo “Geofilosofia” aconteceu em 2010, quando procurava uma relação entre a reflexão filosófica e os fenômenos próprios do lugar, ou, em outras palavras, sobre como as condições geográficas e espaciais podem influenciar na composição do pensamento filosófico. Foi assim que me deparei com um conceito relativamente novo, apresentado, inicialmente, por Deleuze e Guattari (1997), a Geofilosofia, que, a partir desse momento, tornou-se o meu principal objeto de estudo. E, tentando apoiar minha pesquisa sobre esse tema, ainda pouco estudado no Brasil, encontrei os textos da professora e pesquisadora italiana Caterina Resta. Enviei-lhe um e-mail para me apresentar e ela respondeu gentilmente. Estamos em contato desde então. A contribuição de Caterina Resta tem sido muito importante ao longo desses anos, tanto para a redação da minha tese de doutorado, em 2015, quanto para trabalhos em comum, que incluem um período de estudos em Messina, no primeiro semestre de 2017, projetos e traduções. Este livro é um dos trabalhos oriundos dessa parceria.

Além da tradução de “10 teses de Geofilosofia”, este volume também traz um texto, de minha autoria, no qual apresento um resumo do “Seminário de Geofilosofia”, apresentado na Università Degli Studi di Messina, em maio de 2017, a convite da professora Resta.

O surgimento do termo “geofilosofia” permitiu um “olhar” para a história sob uma nova ótica, pela qual se tornou possível perceber indícios geofilosóficos nos autores do passado. Neste caso, mais do que um conceito, ou mesmo abordagem multidisciplinar, a Geofilosofia passa a ser entendida como uma possibilidade de aproximação entre áreas de conhecimento,

permitindo, ela própria, um “olhar” próprio.

O que significa fazer uma abordagem geofilosófica da realidade? A palavra “geofilosofia” não pretende nomear uma nova disciplina humana. Ela é, fundamentalmente, um método de leitura do mundo e da realidade.

No texto “10 teses de Geofilosofia”, que temos a honra de traduzir para a língua portuguesa e publicar neste volume, a autora, Caterina Resta, apresenta as principais questões que a Geofilosofia, como possibilidade de aproximação entre conhecimentos e áreas de estudo, procura elaborar e para as quais pretende encaminhar soluções. Para a autora, a “geofilosofia” pretende superar a fragmentação característica das áreas de conhecimento, e não simplesmente por meio de um encontro interdisciplinar, mas por reconhecer a raiz comum, que é o cerne de toda a experiência humana do mundo: o viver na Terra. Nesse sentido, segundo Resta, a Geofilosofia é uma *geopolítica*, pois em uma época em que o “Estado Mundial” é uma realidade, a questão de uma nova ordem mundial e da busca de um *nomos* capaz de instituí-la não pode mais ser adiada. A Geofilosofia poderia ser esse *nomos*; uma *topologia*, pois é uma disputa contra o privilégio concedido ao Ocidente, pela história, e contra uma concepção linear e sequencial de tempo, ela contrapõe a ideia de “topologia humana” como uma abertura no espaço-tempo do evento, centrada no lugar; uma *geosofia*, (sabedoria da – e sobre a – terra), que questiona e contempla o rosto misterioso da Terra, presa em seus elementos simbólicos e espirituais. Por todas essas razões, a Geofilosofia é um pensar leal e amoroso que entende que proteger a Terra é preservar e “cultivar” os seus lugares, a sua gente, os seus símbolos e as suas melhores representações.

Fazer Geofilosofia significa, portanto, procurar respostas

para as indagações humanas que valorizem tanto o universal, quanto o particular; tanto a humanidade, quanto a pessoa, tanto a Terra quanto o lugar.

Paulo Irineu Barreto Fernandes

Sumário

| | |
|--|----|
| Dez Teses de Geofilosofia - Caterina Resta | 17 |
| Assumindo o niilismo como horizonte da época | 18 |
| A Geofilosofia é uma geopolítica | 20 |
| A Geofilosofia deve contribuir para com o processo de unificação europeia | 22 |
| A Geofilosofia é uma filosofia radical | 25 |
| A Geofilosofia é uma topologia | 26 |
| A Geofilosofia é uma ideologia e uma “idiomática” | 28 |
| A Geofilosofia exige uma concepção diferente da fronteira, da propriedade e da comunidade | 29 |
| A Geofilosofia é uma geo-sofia e uma geografia do imaginário | 32 |
| A Geofilosofia é um pensamento do coração | 34 |
| A Geofilosofia prepara o encontro do Oriente e o Ocidente, do Norte e do Sul do Mundo | 36 |
| As origens da filosofia como uma Geofilosofia – Paulo Irineu | 40 |
| Introdução: a antiga preocupação com o lugar pode ser considerada uma pré-geofilosofia? | 40 |

| | |
|--|----|
| A Geofilosofia de Milton Santos e a Globalização: uma contribuição brasileira | 53 |
| Referências | 56 |
| Organização | 58 |
| Sobre os autores | 59 |

10 TESES DE GEOFILOSOFIA

Texto original: Profa. Dra. Caterina Resta¹
Tradução do original italiano para a língua portuguesa (Brasil):
Paulo Irineu Barreto Fernandes

Publicado originalmente em
AA. VV., *Appartenenza e locatità: l'uomo e il territorio*,
a cura di L. Bonesio, SEB, Milano 1996 - seb edizioni
(http://geofilosofia.it/terra/Resta_geotesi1.html - acesso
26/03/2011)

Há alguns anos a palavra “geofilosofia” estabeleceu-se no pensamento. Se a década de 1980 foi especialmente marcada pelo triunfo da hermenêutica filosófica como uma nova *koiné*, após o colapso definitivo das certezas e da subsequente crise da razão, seria a Geofilosofia a nova *koiné*, a nova linguagem comum, na qual as línguas em que o conhecimento é expresso possam encontrar o lugar da sua capacidade de pensar? Na verdade, uma abordagem geofilosófica, mais e melhor do que outras, sabe corresponder ao desafio planetário que exige perspectivas *globais*, além da setorialização e das especializações que muitas vezes impedem a compreensão das profundas ligações entre questões que são distantes apenas aparentemente. Em suas várias formas, mais ou menos

¹ Professora de Filosofia Teórica e Filosofia do Século XX na Universidade de Messina, Itália.

aceitáveis, que vão desde o pensamento ecológico ao neopaganismo e, no campo estritamente geopolítico, a partir de interesses e demandas locais e regionais de retorno ao imperialismo, uma exigência semelhante, no entanto, se faz urgente: um repensar radical sobre a permanência do homem na terra, ao qual só um pensamento geofilosófico pode ser capaz de corresponder, neste difícil e arriscado momento.

Não é minha intenção fazer um levantamento dos diferentes e, por vezes, até mesmo irreconciliáveis impulsos que “coabitam”, ainda que de maneira confusa, o panorama geofilosófico. Isto se assemelha, em muitos aspectos, a uma espécie de sopa primordial, na qual a falta de uniformidade e coerência, no entanto, não deve nos assustar. Ao contrário, devemos ser capazes de tirar proveito da riqueza de opiniões que podem ser encontradas, para podermos “abrir estrada”, traçando um caminho comum. Por esta razão, ao invés de irmos para uma área ainda muito caótica, podemos, de outra maneira, tentar descrever os seus elementos fundamentais e suas pedras angulares que, na minha opinião, podem nos conduzir a um caminho possível.

1 – Assumindo o niilismo como horizonte de época

A Geofilosofia, como a própria palavra sugere, pretende ser uma filosofia da Terra. A intenção, que em primeiro lugar a guia, é a de recuperar o terreno para o pensamento, acreditando que a determinação foi perdida. Compreender como isso é possível, então, é o primeiro passo necessário no caminho que se pretende recuperar. A suposição do niilismo, de acordo com o profundo entendimento de pensadores como Nietzsche,

Heidegger, Schmitt ou Jünger é o horizonte de época no qual o carácter intrinsecamente nihilista e destrutivo do pensamento ocidental, a devastação do planeta Terra, alcança sua máxima expressão de conceitabilidade [*pensabilità*].

Não se trata apenas da *visível* destruição da natureza, mas do que, mais originalmente, a torna possível. A advertência nietzschiana “o deserto cresce” se refere, de fato, ao *Entortung*², como Schmitt o chamou, ou à *Heimatlosigkeit*³, como Heidegger prefere chamá-lo, descrevendo o mesmo processo de desenraizamento. Mais ainda: o avanço incessante do deserto envolve não só o esgotamento de todas as formas de vida, mas também impede qualquer crescimento futuro. Uma força corrosiva *invisível* permeia a terra, não apenas onde são mais óbvios os efeitos do seu *definhamento*, mas também onde mais brilhantes aparecem, à primeira vista, os monumentos que a cada dia o homem continua a construir. O deserto é, a princípio, a metrópole, espaço movimentado de uma humanidade que não tem mais lugar e cuja existência real lhe foi, agora, negada. Nômade e errático, o homem da modernidade, por mais que transite, não se sente em casa em nenhuma parte.

A Geofilosofia deve ser a sabedoria do deserto, ultrapassando todas as miragens, suportando a desesperadora perda de orientação, sem ser seduzida pelo impossível *voltar ao início* [*ritorni indietro*], que seria fatal. Até atingir o limite além do qual se tem em vista uma *outra Terra*. Desta terra, a Geofilosofia deve anunciar a promessa, apesar de que o seu *além* deva ser entendido como um *sempre aqui*. Este é o aspecto profético, escatológico e apocalíptico que acompanha a visão catastrófica. É preciso chegar bem perto do limite extremo da

² *Des-localização*. (Nota do tradutor).

³ Ausência de pátria, de moradia. (Nota do tradutor).

dor da imensa ruína do todo, para que seja possível avistar, além dela, mas em seu conteúdo, aquilo que salva.

2 – A Geofilosofia é uma geopolítica

Novamente no auge, sobretudo graças à Yves Lacoste e sua escola, a geopolítica merece ser levada em consideração, apesar de seu passado não muito límpido. Se, durante a ditadura nazista, Karl Haushofer e seus discípulos não tenham oferecido mais do que umas poucas pistas da agressiva política de expansão do Terceiro Reich, contribuindo para a formulação da teoria do *espaço vital* [*Lebensraum*], isso não significa que uma abordagem geopolítica seja, em si mesma, condenável. O conceito de *Großraum*⁴, formulado por C. Schmitt nesses mesmos anos, rejeitando quaisquer conotações étnicas e raciais do espaço, revela-se, ainda hoje, muito proveitoso. É, no entanto, nesta recuperação, de realizar uma desconstrução substancial no confronto daquela “vontade de potência territorial” que se tem marcado tão profundamente a sorte e, finalmente, o trágico naufrágio desta disciplina. Deve-se libertá-la da concepção inerentemente expansionista e conflitiva, baseada no confronto violento entre o equilíbrio de *forças* em vista de uma hegemonia global. A mesma ênfase sobre o alargamento do espaço territorial, concebido de modo muitas vezes puramente quantitativo, é hoje, para além de qualquer outra avaliação, simplesmente obsoleta, sendo agora mais visível o seu carácter essencialmente técnico-científico e econômico-financeiro.

⁴ O [grande] espaço indispensável ao desenvolvimento. (Nota do tradutor).

Em uma época em que o Estado mundial é uma realidade que se tornou ainda mais palpável pelo colapso do império soviético, e ainda mais concreta a unificação do mercado mundial em expansão e das redes de computadores, a questão de uma nova ordem mundial e da busca de um *Nomos* capaz de instituí-la, não podem ser adiadas. Composto essa urgência, está diante dos olhos de todos o perturbador retorno dos conflitos étnicos, nacionalistas e religiosos, que acompanham a dissolução das ordens impostas anteriormente e, aparentemente, nunca aceitas, especialmente na área de turbulência dos Balcãs - é o caso paradigmático da ex-Iugoslávia - como nos arredores do antigo império soviético. A perspectiva de um *universo* que parece ser monopolizado pelo imperialismo americano, unificado a partir de um jargão técnico e econômico unificado e avassalador, que se opõe a uma pulverização das *mônadas* sem portas ou janelas, incapazes de se comunicarem ou de se reunirem. Tal *universo* está destinado a fomentar uma constante instabilidade política e conflitos, apesar de setoriais, muito exacerbados. No que se refere à hegemonia do modelo ocidental, como um todo, parece que apenas o Islã, com sua inquietante força de aglutinação, pode ser capaz de representar uma ameaça real. Isto, no entanto, só aumenta os riscos regressivos deste cenário, alimentando o nacionalismo, o integralismo e o terrorismo, sob uma rejeição violenta e totalitária da alteridade.

No entanto, esta perspectiva que se anuncia, pode não representar um “destino”. É, de fato, uma decisão que o nosso tempo exige e da qual não podemos escapar. Um *Nomos* diferente pode ordenar a Terra, mas somente se nós formos capazes de realizar profundamente a dissolução da antiga lei, sem nostalgia. A hipótese *schmittiana* de grandes espaços, cada

um capaz, na sua própria esfera, de realizar um ordenamento concreto, a partir de uma unidade histórica e geográfica homogênea pode, por exemplo, fornecer informações úteis neste sentido. Somente as formas federativas fundadas sobre a autodeterminação popular, no reconhecimento de um horizonte cultural comum, podem impedir que a ideia imperial do grande espaço degenerem em uma vontade de potência imperialista [*imperialística*]. Assim como apenas uma pluralidade de grandes espaços é capaz de quebrar a monotonia do universo, dando lugar a um *pluriverso* no qual as diferenças resultam não apenas tangíveis, mas como salvaguarda, nenhuma delas aspirando à hegemonia planetária total. Claro, para que elas não entrem em conflito, precisam concordar com uma concepção diferente de embate, de força e de poder. Além de toda declaração abstrata de direitos humanos abstratos, o que realmente pode e deve ser compartilhado por todos é *a salvaguarda da diferença comum*, que não gera qualquer integração ou conflito, mas uma discussão e um diálogo intermináveis. Isso exclui *a priori* qualquer fantasia de *extermínio* e de aniquilação do outro.

3 – A Geofilosofia deve contribuir para com o processo de unificação europeia

A Geofilosofia procura contribuir para a conceptividade [*pensabilità*] e para o estabelecimento de um grande espaço europeu. Este é indispensável para a criação de uma nova ordem mundial pluriversa. Refletir geofilosoficamente a respeito da unificação europeia comporta a afirmação de um modelo espiritual e cultural “europeu”, capaz de se diferenciar em

relação aos outros modelos ocidentais, como o estadunidense, sem, no entanto, nutrir a pretensão de hegemonia, muito menos, permitindo-se dominar. Acreditamos que o processo de unificação europeia, devido ao caráter altamente diferenciado dos povos e culturas que devem ser consideradas, possa ser exemplar em muitos aspectos, em comparação com o mesmo processo de unificação diferenciadora em nível mundial. A Europa, de fato, representa em si o feliz pluriverso de uma unidade espiritual que se expressa através de uma extraordinária diversidade de povos, línguas e culturas. Será, portanto, a partir do reconhecimento da multiplicidade e da variedade de paisagens, línguas e regiões que a compõem, respeitando as diferenças irreduzíveis que têm traçado as fronteiras, muitas vezes invisíveis, mas certamente mais poderosas e eficazes do que as que são definidas abstratamente em mapas políticos. Isso não pode acontecer se nós assumimos uma visão geofilosófica capaz de refletir radicalmente sobre a forma de “Estado” e a idéia de Nação, sobre os conceitos de limite e de fronteira, sobre o significado de comunidade, até agora estabelecidos. Como, com grande clarividência, C. Schmitt havia predito, a era dos estados-nação chegou definitivamente. Cada um se esforça para defender a sua sobrevivência a todo custo e isto resulta meramente conservador. Longe de encarnar uma entidade metafísica, eles acabam representando uma *forma histórica*, na qual, por algum tempo, e especialmente na Idade Moderna, a política tem encontrado o seu lugar e sua maior forma de máxima expressão. Sua dissolução, realizada, de fato, pela ascensão da economia como um horizonte de decisão política, deve anunciar uma consolidação configurada de outra forma. Para lidar com um impulso unificador totalizante e totalitário, para descentralizar e *destotalizar*, não há outro caminho a não

um acentuado federalismo, uma disseminação de pequenos países - preferirei dizer de pequenas *mátrias* - mas não fechadas em si, mas capazes de assumir as unidades maiores, sem ter, por isso, que renunciarem ao seu próprio caráter local, formando um sistema geral, como um mosaico que traça um desenho unitário, cada vez mais amplo.

É bem entendida como a unificação dos cartões não pode e não deve de forma alguma reduzida a um projeto meramente administrativa e econômica. Reconsiderada no sentido verdadeiramente geo-filósofo, o federalismo reivindica uma concepção diferente do espaço de encontro a um espaço homogêneo e vazio, puramente quantitativa e atravessada por um movimento centrípeto que dirige o centro de recursos, não apenas uma questão de oposição de um movimento centrífugo, mas também contratação de espaço de qualidade, em conformidade com a sua histórica, linguística e geográfica. Só eles permitem que o espaço se torne um local, de acordo com seu próprio aspecto irreduzível. O que mantém unida e evitar a dispersão dos locais, é também um sentimento de pertença e identidade ao longo do tempo mais extenso confronto, permanentemente aberto com o outro, mas não pode ser imposta de cima, sempre brota de um reconhecimento comum semelhanças e diferenças, de familiaridade e estranheza essa preocupação, em uma inextricável, os dois homens que a paisagem, hum, nomeadamente o alargamento da identidade e da pertença e da identidade local e comunidade em geral, como nunca abstrato

4 – A Geofilosofia é uma filosofia radical

Com a palavra “geofilosofia” não se pretende indicar uma nova disciplina humana. Ela, ao contrário, pretende desafiar a fragmentação progressiva das áreas de conhecimento, e não simplesmente através de um encontro interdisciplinar, mas por reconhecer que a raiz comum, que é o cerne de toda a experiência humana do mundo: viver na Terra. Nesse sentido, a Geofilosofia é uma filosofia *radical*, porque busca o mais original e constitui essencialmente o ser do homem enquanto homem. Mas ela também quer ser uma filosofia *enraizada* em uma tentativa de transformar o árido deserto do niilismo em um terreno fértil para a humanidade em sua história. Um habitar sempre enraizado em um *aqui e agora* singular, portanto, sempre em *um* tempo, mas também em *um* determinado espaço, que permite que cada existência ocorra, de tempos em tempos, em um idioma específico, no qual pedras, animais, vegetais e toda a paisagem “física” não façam apenas o fundo, mas tornam-se o essencial e constitutivo de um mundo compartilhado. Afirmar a necessidade de enraizamento não deve ser confundido com alguma nostalgia *Blut und Boden*⁵, nem dar origem a qualquer concessão em relação às doutrinas étnicas e raciais, em última análise, biologistas. Nesse sentido, a erradicação feita pelo niilismo marca, realmente, um ponto sem retorno que nenhuma nostalgia regressiva pode anular. O organicismo que alimenta qualquer conceito de raízes étnicas deve ser atribuído à sua matriz real: uma concepção em último recurso meramente biologistas do homem como um *animal racional*. Essa

⁵ Literalmente *Sangue e Solo*. Expressão e/ou ideologia retomada pelo Terceiro Reich para justificar, de certa forma, medidas tomadas contra os considerados “não arianos”. (Nota do Tradutor).

concepção, afirmada de maneira particularmente sinistra pelo Nacional-Socialismo, ainda é perigosamente operante em muitas das reivindicações atuais de identidade nacional e deve, portanto, ser decididamente reconhecida, desconstruída e combatida. Por estas razões, o conceito de ‘raça’ já não parece útil. É hora de repensar a raiz para além das suas variações étnicas, para descobrir a ética. *Ethos* significa aqui, originalmente aquele habitar na terra que é sempre um habitar histórico, um *cuidar*. De fato, habitar a terra significa cuidá-la, cultivá-la, cultivar-se nela, ao mesmo tempo em que se cultiva seu caráter intrinsecamente simbólico e espiritual. Há uma imagem maravilhosa do misticismo judaico que mostra uma árvore invertida, com raízes no céu. Nesta perspectiva invertida, está indicado o caráter desenraizado de todo enraizamento que, afundando suas raízes na Terra, é, não obstante, outro lugar que atrai sua força vital.

Chamar a atenção, na era do niilismo realizado, para a necessidade de um novo enraizamento, significa, ao mesmo tempo, desdenhar todo o mito da pureza autoctonial e racial e, por outro lado, replantar o terreno dos símbolos, no qual só temos a possibilidade de crescer, com a consciência, entretanto, de que nenhuma remontagem pode atualizá-los, mas sim que, na era da completa desmitificação, é uma questão de recolocá-los, preservando a memória silenciosa na qual eles se instalaram.

5 – A Geofilosofia é uma topologia

A Geofilosofia é uma disputa do privilégio concedido pelo Ocidente para a História. Para uma concepção linear de tempo, se opõe à ideia de *topologia* como abertura espaço-temporal do

evento, entendida como *ter-lugar*. A ocorrência aparece, de vez em quando, em um espaço de tempo singular, sem precedentes, embora sempre em uma tradição escrita. Compreender um acontecimento significa, portanto, aproximar-se do seu ter-lugar [*aver-luogo*], colocando-o não numa sucessão de fatos, mas no espaço do devir aberto, chegando-nos do evento como espaçamento original, abertura espaço-temporal inaugural. A Geofilosofia, como topologia do ter-lugar, descobre na Geografia um precioso aliado, especialmente quando assume o elemento “físico” em sua inervação cultural. É, em particular, na grande tradição alemã, pelo menos no início, que se pode reconhecer um modo diferente de combinar os dados geográficos, sensível à “alma da paisagem”, em que a Terra mostra a sua rica variedade de rostos. A Geofilosofia é, portanto, uma *fisionomia*, a partir do momento em que reconhece em qualquer lugar um aspecto, uma expressão, especial e única, uma face que expressa um caráter único. O fato de reconhecermos uma alma na paisagem envolve não apenas a apreciação do caráter intrinsecamente espiritual e simbólico de cada local, mas também a consciência de cada possível adulteração e abuso contra ela, tanto funcional quanto em relação à lógica da exploração material, ou da exploração “estética”, como o turismo. Este último, numa era de estetização generalizada e de consumo de massa como a nossa, é ainda mais ameaçador e destrutivo, pelo menos podemos ver o paradoxo do pressuposto em que se baseia: o gozo garantido a todos de uma “natureza imaculada”.

6 – A Geofilosofia é uma ideologia e uma “idiomática”

Assumindo a Terra em seu valor simbólico, para a Geofilosofia, o lugar também é sempre um evento de palavra. Habitar a terra significa ter um lugar na palavra, mesmo quando mais imperceptivelmente nos fala do misterioso silêncio da natureza. Essa cifra, que, como uma rede invisível de referências, cobre o mundo, ao mesmo tempo em que corresponde a uma linguagem elementar, comum a cada entidade, mas fala de tempos em tempos de tudo de uma maneira diferente. Se a Terra é a mãe que gera tudo, também nos dá origem à linguagem, em cujo ventre cada coisa existente sempre foi enraizada. Ao nos dar o dom das palavras, a Mãe Terra sempre se entrega a nós como língua materna, deixando-se contar por todos os que existem. Por esta razão, mais línguas, mais vozes, inumeráveis expressões idiomáticas são necessárias para dizer a infinita nomenclatura do ser. No entanto, é na voz do homem que a linguagem das coisas encontra o lugar de sua própria dicção. Nomeação cada vez original, como o adâmico, cada vez único. Na linguagem singular que anuncia a aproximação do mundo, o idioma mostra sua intraduzibilidade residual, proveniente do mistério de uma terra, de uma linguagem que, ao se oferecer à palavra, torna-se comunicável, embora sempre escape de uma total elegibilidade, e, apenas por este motivo, também de um consumo total.

Afirmar a necessidade de salvaguardar os idiomas, no entanto, não significa tecer o elogio do encerramento incomunicável ou tentar embalsamar a linguagem, na proteção pura e simples dos museus das línguas “locais”. Em vez disso, é necessário entender o respeito pelos idiomas numa dialética que não pode ser articulada entre singular e plural, particular e

comum, já que “local” não deve ser entendido como um espaço fechado, mas como uma fronteira sempre aberta à comparação com o outro. E não pode haver comparação, exceto a partir de um trabalho de tradução incessante, que não só revela travessias e passagens, mas também interrupções intransponíveis. Somente aceitando que há inacessibilidade à comunicação, é possível acessar um diálogo capaz de respeitar a diferença como a distância que os interlocutores têm em comum, em virtude da qual a própria separação pode se tornar uma relação. Este é o fundamento insondável de toda comunidade, que estruturalmente impede que ela se feche em si e se aproprie de uma identidade que sempre é forçada pelo outro a atrair.

Na linguagem universal da aldeia global, transmitida pela tecnologia, e que todos nós somos chamados a compartilhar, à medida que somos lançados nela, querendo ou não, é importante que cada um proteja e cultive a escuta da palavra, da palavra apropriada que passa a ser entendida somente ao se ouvir a palavra do outro; mas ainda mais importante é que cada um aprenda a salvaguardar o silêncio, no qual a pedra, a planta, o animal e o deus falam o mesmo idioma inaudito. Na Terra, que a mantém, ela se estabeleceu lentamente e sua memória estratificada é nosso único recurso verdadeiro e inesgotável.

7 - A Geofilosofia exige uma concepção diferente da fronteira, da propriedade e da comunidade

A Geofilosofia, como pensamento da habitação humana na Terra, na era da erradicação total, pretende afirmar um novo sentido de pertença e de fronteira. Se pertencimento e fronteira têm significado, há muito, - e infelizmente isso ainda acontece

hoje - apenas o fechamento étnico-racial e os conflitos nacionalistas, por essa razão desistir de toda forma de vínculo, tanto com uma terra como com uma comunidade, é a coisa mais arriscada a se fazer, acima de tudo, em relação àquele necessário processo de individuação e identificação, sem o qual se dará a todo o existente um destino de anonimato, marcado por uma uniformidade e homologação sempre crescentes.

Mas, então, é possível dizer, de outra forma, palavras agora impronunciáveis, em múltiplos sentidos, como um povo, pátria, fronteira? Para tentar abrir uma escuta diferente para essas palavras, talvez a língua alemã nos ajude mais do que as línguas latinas. Dessas, de fato, a pátria, em sua derivação etimológica do “pai”, testemunha a descida, mesmo em pensamento, de uma concepção patriarcal da família, da sociedade, do poder. O *Vaterland*, a pátria, é, portanto, a Terra do pai, e desse traço pátrio e paterno, conjugado ao masculino, conhecemos agora todos os riscos e insuficiências. Mas há também uma outra palavra em alemão para dizer pátria: *Heimat*. *Heimat*, em vez disso, nomeia a casa [*Heim*], o que é natural, nativo, do lugar [*heimisch*]; o que é familiar e acolhedor, que faz você se sentir em casa, o íntimo e o secreto [*heimlich*]. Portanto, pensa no pertencimento a uma terra que não é étnica ou racial, mas como abrigo e proteção, salvaguarda e custódia, cujas claras referências ao elemento feminino e materno aludem a outra genealogia possível. Por essa razão, talvez, se pudéssemos dizê-lo em nossa língua, deveríamos chamá-lo de “mátria”. O fato de que essa palavra ainda soa inédita para nós, ajuda-nos a compreender melhor a enorme dificuldade - além de todo mal-entendido, ainda para ser meditado - em tentar trazê-la para o pensamento.

Um argumento similar pode ser feito para o conceito de

fronteira. Indica o enfrentamento, um estar na frente [*di fronte*], segundo as modalidades de uma frente, de um diante [*di-frente*] entendido como oposto [*di-contrô*]. Por isso, pensa-se sempre no limite e na fronteira como um fechamento em frente ao qual se posiciona uma posição frontal, em um *frente a frente* antagônico em si mesmo e confrontador. A fronteira, nesse sentido, é exatamente como ela divide e contrasta. Mas é possível acessar outro pensamento sobre a fronteira, em virtude do qual a divisa é o limite que, em primeiro lugar, não exclui, mas serve para terminar - e, portanto, também identificar - um espaço, para torná-lo adequadamente um lugar. Além disso, o que acaba de terminar não apenas divide e separa, mas acima de tudo, se relaciona. Um divisor de águas que, como uma linha invisível, se abre em lados diferentes, que, no entanto, ao mesmo tempo, não pode ser um sem o outro, assim a fronteira se torna um limite *con-dividido*, um limite ao longo do qual apenas se pode tornar aquilo que se é, cada vez que observa sua própria diferença, irreduzível do outro, bem como o vínculo necessário com ele. Assumir esse pensamento de fronteira também implica conceber uma lógica diferente de identidade e de comunidade, que não é mais fechada em si mesma e antagônica, nem confrontadora. Significa passar da lógica do idêntico para o da diferença, em nome da abertura para uma aceitação diferente do outro. Além de qualquer exclusão *polêmica* do outro como de qualquer integração *fagocitante* ou falsamente tolerante, isso implica outra estratégia de fronteira, uma maneira diferente de localizar e respeitar. Marca invisivelmente paisagens e povos que se reconhecem no compartilhamento comum de suas diferenças, o que impede radicalmente toda a identidade de si mesmo, que prescindia do reconhecimento da alteridade do *outro-em-si-fora-de-si* [*dell'altro-in-sé-fuori-di-sé*].

8 - A Geofilosofia é uma geo-sofia e uma geografia do imaginário

Se Hegel fez o pensamento andar a partir da cabeça e Marx o firmou nos pés, filósofos como Nietzsche, Heidegger, Jünger e Schmitt têm, embora de formas diferentes, invocado uma “lealdade para com a Terra” que mina a aprisionante alternativa idealismo/materialismo, agora exausta, no terreno comum de diferentes historicismos e reversões dialéticas. O retorno, a fidelidade à Terra aqui referida, envolve uma recuperação decisiva do caráter intrinsecamente simbólico da realidade. No símbolo, de fato, o elemento espiritual e o elemento sensível aparecem perfeitamente fundidos na mesma imagem. A Terra em que vivemos, *antes* de ser legível dentro dos paradigmas das ciências exatas, das quais todo biologicismo étnico passa a representar o aspecto mítico no conceito de “raça”, é o símbolo incorruptível do útero do qual viemos e ao qual estamos destinados a retornar, numa alternância incessante de criação e destruição. Símbolo, também de extraordinária perfeição e beleza, na varredura oportuna do dia e da noite, na sucessão das estações, na extraordinária variedade de espécies vivas, paisagens, morfologias.

A Geofilosofia é, portanto, uma geo-sofia, questionamento e contemplação da face misteriosa da Terra, capturada em seus elementos espirituais e simbólicos. Por essa razão, também, a Geofilosofia é um pensamento fiel e amoroso, consciente de que a primeira custódia, a primeira salvaguarda da Terra, tem lugar na preservação e no cultivo de seus símbolos. “Ver as coisas à luz de Hûrqualiâ”, de acordo com uma expressão da mística islâmica, significa acessar uma visão *imaginal*, na qual a *Imagem da Terra* e a *Imagem da Alma* [*Imago Terrae e Imago*

Animae] finalmente se correspondem. A terra celestial de *Hûrqualiâ*, portanto, não surge fora de nosso alcance, não é um paraíso sobrenatural, mas se oferece, brilhando em sua abundância de cores, sons e odores, à visão de alguém que sabe contemplá-la. Para ter acesso a essa visão, o estágio é, ao mesmo tempo, simples e infinitamente complexo, implica um caminho curto e também tortuoso. Semelhante, em muitos aspectos, a uma transmutação alquímica, o poder imaginário não representa, mas transfigura, não copia, mas incessantemente *inventa* o que dá a ver. É nesse espaço que a imagem se abre para a visão do coração, é nessa “Terra do não lugar” que as coisas têm realmente lugar. Aqui, em outro lugar, a todo momento, a obra da criação não cessa e continua incansavelmente o trabalho ao qual o *Anjo da História*⁶, de Benjamin, não pode se deter: o de reunir os fragmentos. Porque mesmo na desertificação do mundo, em que a grande pilha de escombros e devastação a que cada dia parece se reduzir a nossa Terra, aprender a “ver as coisas à luz da *Hûrqualiâ*”, certamente, não significa despojá-las de sua destruição histórica, mas, pelo menos, re-*cor*-dar a sua incorruptível essência espiritual e simbólica, mantendo-a segura no invisível de outra, diversa, visão. Para eles, talvez para nós, nenhuma outra salvação é concedida, aqui, além dessa fraca força messiânica de redenção que, no entanto, permite pelo menos a promessa de uma superação da atual catástrofe.

A Geofilosofia descobre em uma *geografia imaginal* aquela concepção do Lugar e da Terra que nenhuma outra geografia é capaz de dar. Dessa cartografia pontilhada de cidades cristalinas e paisagens estupendas, ela serve não como

⁶ Alusão ao texto de Walter Benjamin, inspirado em um quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*. (Nota do tradutor).

substituta consoladora da ruína do presente, mas como descoberta de uma dimensão muito real e, ao mesmo tempo, inatingível, capaz de permitir uma orientação diferente.

9 – A Geofilosofia é um pensamento do coração

A Geofilosofia pretende repensar a Terra numa perspectiva que reconsidere e reavalie os traços intrinsecamente maternos e femininos. Se o *logos* ocidental acabou perdendo a Terra, uma das razões reside no seu falocentrismo, em ser um pensamento profundamente misógino, baseado na supervalorização do traço masculino. O modelo ocidental de racionalidade surge, assim, desequilibrado desde o início, em uma direção, pois privilegia todos esses aspectos – resumidos na divisão platônica entre sensível e supersensível, em benefício deste último, e na sistematização das categorias lógicas operadas por Aristóteles – em que apenas uma polaridade, a do masculino, pode realmente ser reconhecida. Assim, toda onto-teologia ocidental acaba se tornando um discurso sobre o ser masculino do pensamento, ocultando sua própria parcialidade e apresentando-se como um discurso neutro do ser. Compondo esta situação – e na cumplicidade subjacente com a ontologia – o Cristianismo herda sua matriz patriarcal do judaísmo, para re-propor isto em uma religião, na qual um Deus Pai e um Deus Filho assumem o monopólio do divino, deixando um papel decididamente subordinado à Mãe e ao feminino em geral. Se acrescentarmos que, com o conceito de criação, a natureza decai, despojada de seu valor espiritual eminentemente feminino e materno, será bem compreendido que essa mesma concepção poderia ter sido o terreno propício para sua subjugação pelo

homem. No privilégio comum do masculino, o Cristianismo e a racionalidade ocidental parecem muito mais cúmplices daquilo que os seus aparentes conflitos não demonstram, tendo juntos contribuído para cancelar o feminino de uma ontologia que eles impuseram de comum acordo. O niilismo, como a morte de Deus, é a realização necessária de um pensamento e uma teologia que perderam o senso de diferença e da *co-pertença* necessária, que define o regime simbólico das oposições polares. A Geofilosofia não pretende simplesmente derrubar essa hierarquia de valores, reivindicando um matriarcado, passado ou futuro, *contra* um patriarcado dominante. Em vez disso, pretende devolver ao pensamento o que ele esqueceu e que nunca deixou de ameaçá-lo, nas suas fronteiras. Ela pretende completá-lo com a sombra que sempre o acompanhou, embora nunca tenha conseguido entrar em sua luz. Somente ao aceitar o feminino que ele próprio expeliu de si, o pensamento ocidental poderá descobrir essa perfeição, esse equilíbrio, essa harmonia que está faltando.

Finalmente, poderá ser chamado de amoroso e maternal, um pensamento do coração, no qual a mente possa ser entendida, sem se ruborizar, ou sem ser considerada não rigorosa e viril. A Geofilosofia é o amor ao conhecimento da Terra que não renuncia à ternura; que faz palpitar um coração que não tem nada de sentimental e romântico, mero espelho reverso de nossa própria racionalidade. O coração é, antes, o espaço da Alma, preso em seu poder imaginativo, um lugar do *não-lugar*, no qual estão as suas visões, um ponto de encontro e tradução entre interioridade e exterioridade, amor e conhecimento, eu e Mundo, feminino e masculino.

10 - A Geofilosofia prepara o encontro do Oriente e o Ocidente, do Norte e do Sul do Mundo

Se a ocidentalização do mundo é hoje uma realidade que se impõe com força cada vez maior, todavia, nem sempre conseguimos avaliar plenamente os riscos de uma uniformidade devastadora que ela carrega consigo. E, no entanto, é um processo impressionante de apagar todas as especificidades locais, sejam naturais ou humanas, difíceis de subestimar. A unidade que o mundo atinge pela primeira vez, além de qualquer fronteira, assemelha-se cada vez mais a um sistema planetário totalitário. Não se trata do encontro de diferentes culturas e tradições, mas da imposição cada vez mais arrogante e óbvia de um único modelo de desenvolvimento, de um sistema único de valores, de uma única crença religiosa, à qual, de maneira cada vez mais penetrante e persuasiva se deve submeter.

A Geofilosofia também quer acolher uma visão planetária, mas defende um mundo multiverso rico em diferenças, no qual a babel das línguas e a multiplicidade de cores não são assumidas como uma maldição a ser combatida e apagada em um único ruído de fundo ensurdecedor, em um *único* idioma, ou misturando-os em uma *única* cor indistinta. Ela pretende preparar o espaço planetário de uma multiplicidade de destinos e vidas, nunca inteiramente totalizáveis, verificáveis, uniformes. Mesmo com a consciência, nunca antes tão óbvia, de pertencer à mesma comunidade de destino, na qual pedra, planta, animal e homem se pertencem, trata-se de exaltar precisamente o valor inestimável de todas as diferenças que nos atravessam.

A Geofilosofia prepara, assim, outra época do mundo, nunca tão próxima, mas ainda distante, no limiar do Terceiro

Milênio: a era em que, mais uma vez, o sol terá completado seu percurso, de leste a oeste, até para anunciar outro Oriente. É nesse crepúsculo indeciso entre o amanhecer e o pôr do sol que nós vivemos, ainda incertos entre resistir ao fim ou levar o fim até o fim e atravessá-lo. Somente no *pôr do sol*, no entanto, é possível preparar o passo além, a transição arriscada para outro dia, para outra Terra e para uma maneira diferente de nela viver. Aqui o espaço se abre, certamente difícil de pensar, devido a um processo diferente de unificação, em virtude do qual o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, podem finalmente indicar não apenas as direções dos seus históricos, geográficos – e geofilosóficos –, levantar-se, desdobrar-se e divergir, mas também o *Ort*, aquela localidade do Lugar que sempre escapa, mas que ainda exerce uma força irresistível de atração, em virtude da qual misteriosamente voltam a convergir, além do tempo histórico e das coordenadas do espaço geográfico, para um novo desdobramento. A Geofilosofia pretende ser o anúncio e a promessa deste lugar invisível, onde tudo se mostra à sua raiz profundamente reunificada, desse único coração que faz pulsar uma pluralidade infinita de mundos.

Para quem sabe ouvi-la, é possível ouvir a chegada deste extraordinário fragmento de F. Nietzsche, escrito no verão de 1885 em *Sils Maria*, naquele lugar tão essencial ao seu pensamento como foi *Engadina*. Ali, no cenário extraordinário das mais belas montanhas dos Alpes, às margens do Lago Silvaplana, é para o mar e para o céu do sul que Nietzsche volta seus pensamentos, sentindo aquela correspondência profunda e misteriosa, que apenas o poder imaginativo de uma alma expandida para entender o universo pode realmente ver e acolher.

Esperar e preparar-se; esperar pelo surgimento de novas

fontes, se preparar, na solidão, para vozes e rostos estrangeiros; lavar a alma e torná-la cada vez mais pura da poeira e do barulho da época; vencer cada coisa cristã com algo super-cristão, e não apenas se livrar dela - porque a doutrina cristã era a contra-doutrina que negava a dionisiaca; redescobrir o Sul em si e estender sobre ele um céu claro, esplêndido e misterioso do Sul; recuperando a saúde meridional e a resposta da alma; tornando-as gradualmente maiores, mais supranacionais, mais europeias, mais supra-europeias, mais orientais. Enfim, mais gregas – já que a grega foi a primeira grande unificação e síntese de todo o mundo oriental e precisamente, portanto, o começo da alma europeia, a descoberta de nosso “novo mundo”: – para aqueles que vivem sob esses imperativos, quem sabe o que acontecerá com eles um dia? Talvez apenas um novo dia⁷.

⁷ F. Nietzsche, *Frammenti postumi* 1884-1885, vol. VII, tomo III, *Opere di Friedrich Nietzsche*, a cura di G. Colli e M. Montinari, tr. it. di S. Giametta, Adelphi Milano 1975 41 [7], Sils-Maria, agosto-settembre 1885, p. 329-330. Nota da autora.



Dottorato di ricerca in Filosofia
Università degli Studi di Messina

Seminario di Geofilosofia

prof. Paulo Irineu Barreto Fernandes

Messina, Villa Pace 24-26 maggio 2017



Cosmographical Diagram.
Gossuin de Metz, *Image du Monde*, 13th century.
BnF MS Français 14970, fol. 49.

24 maggio ore 15:00 - 19:00

Sul concetto di Geofilosofia: da Deleuze e Guattari ai nostri giorni

25 maggio ore 15:00 - 19:00

Dalla cosmologia antica alle soglie della Modernità: l'origine della filosofia come geo-filosofia

26 maggio ore 15:00 - 19:00

La Geofilosofia di Milton Santos e la Globalizzazione: un contributo brasiliano

prof. Paulo Irineu Barreto Fernandes
Professore di Filosofia - Istituto Federale dell'Istruzione, della Scienza e della Tecnologia
Triângulo Mineiro (IFTM) - Minas Gerais, Brasile
Dottore di ricerca in geografia umana e culturale
Istituto di Geografia dell'Università Federale di Uberlândia



Con il patrocinio del Centro Europeo di Studi su Mito e Simbolo
Villa Pace, via Consolare Pompea, 477 - 98167 MESSINA — tel. 0906768991
per informazioni: earcidiazono@unime.it

AS ORIGENS DA FILOSOFIA COMO UMA GEOFILOSOFIA⁸.

Paulo Irineu Barreto Fernandes⁹

A antiga preocupação com o lugar pode ser considerada uma pré-geofilosofia?

Na aurora da cultura filosófica ocidental, na Grécia antiga, a preocupação com o lugar e com o cotidiano não constituiu um problema. Não me refiro aqui ao conceito “lugar” (*topos*), mas à descrição dos lugares e a sua relação com as vicissitudes humanas. Isto não merecia tanta atenção naquele momento. Era muito efêmero, muito singular, para ser representativo. Os primeiros filósofos, também chamados cosmólogos ou pré-socráticos, estavam mais preocupados com o espaço, em geral, do que com a condição humana diante do todo. Interessava aos precursores do pensamento ocidental mais a grandiosidade do espaço e do Universo, do que a “pequenez” da subjetividade humana, que só passou a ser objeto de estudo, com mais afinco, a partir de Sócrates e Platão. Eis porque a filosofia, com os pré-

⁸ O texto aqui publicado é um resumo do que foi apresentado, em forma de Seminário, em Messina, 2017.

⁹ Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Doutor em Geografia. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia (POSFIL), da Universidade Federal de Uberlândia.

socráticos, produziu, a princípio, uma “cosmologia” e uma “filosofia da natureza”, ao invés de uma “filosofia da cultura” ou algo semelhante. Apesar disso, as referências aos lugares e ao cotidiano estão presentes desde os primórdios da civilização, seja nos relatos míticos, nas obras dos primeiros historiadores ou nos primeiros textos filosóficos.

Séculos antes, a *Ilíada* e a *Odisseia* – consideradas as obras literárias fundantes da Civilização Ocidental – já estavam repletas de relatos de lugares. Nessas obras, no entanto, ainda prevalece um sentido “prático” do lugar, quando ele aparece, mesmo se tratando de obras poéticas. Raras são as referências feitas ao lugar, pelo próprio lugar, mas sim visando alguma finalidade, como nesse pequeno trecho de *A Odisseia*, no qual a descrição tem o objetivo de facilitar a localização:

Preenche o meu conselho, a fim que obtenhas
Do rei gente e socorro e pronta volta.
No caminho, alameda encontraremos,
Luco Paládio, e fonte e em roda prados,
Onde meu pai tem quinta e flóreos hortos,
E dali à cidade em grito alcança:
Neste lugar espera, e quando penses
Que é tempo já de estarmos recolhidas,
Entra no muro, indaga onde o palácio
Do magnânimo Alcino; outra morada
Os Feaces não têm que a rivalize,
E um menino qualquer pode ensinar-ta.
(HOMERO, 223 a 234, 2009, s/nº).

Os antigos gregos também não estavam presos à uma concepção limitada e sensorial de “lugar”. Para eles, o Olimpo, por exemplo, “... não é uma região abstrata, colocada simplesmente no alto, no céu, mas uma real montanha da

Tessália, posta entre a terra e o céu” (BUENO, 2009, p. 6).

Os primeiros filósofos, por sua vez, por mais que tenham sido revolucionários quanto à maneira de solucionar as questões que lhes antecederam, não realizaram grandes mudanças nesse sentido. Parmênides, por exemplo, no seu célebre Poema, declara que o melhor caminho não é o dos homens:

E a Deusa me acolheu benévola, e na sua a minha
mão direita tomou, e assim dizia e me interpelava:
Ó jovem, companheiro de aurigas imortais, tu que
assim conduzido chegas à nossa morada, salve!
Pois não foi um mau destino que te mandou
perlustrar esta via (pois ela está fora da senda dos
homens), mas lei divina e justiça; é preciso que de
tudo te instruas, do âmago inabalável da verdade
bem redonda, e de opiniões de mortais, em que não
há fé verdadeira. (PRÉ-SOCRÁTICOS, 1996, p.
121)

E Heráclito, para melhor pensar e refletir, se afastou do convívio humano.

Com Sócrates, que não deixou nada escrito, teve início um novo período, pois, a partir dos escritos de seus contemporâneos, sobretudo Platão, introduziu-se na filosofia a preocupação com as questões humanas. No entanto, as referências ao cotidiano, aos lugares e às preocupações humanas ainda aparecem como uma forma de levar o pensamento para esferas mais altas. O que importa é ainda a alma. No início do diálogo Fedro, de Platão, encontra-se uma breve, porém sugestiva, descrição de um lugar:

Sócrates: Por Hera, é um lugar de repouso
encantador. Esse plátano é largo e altaneiro;

quanto ao salgueiro, alto e oferecendo muita sombra, é de grande beleza, além de que, em plena florescência, inunda o ambiente de fragrância; de sob o plátano jorra uma belíssima fonte, e sua água é fresquíssima, o que pode ser atestado por meu pé. E a julgar pelas oferendas votivas e estátuas, parece se tratar de um local sagrado dedicado a algumas ninfas e a Haquelou. E quão agradável e magnífica é a frescura da brisa que ressoa com a penetrante música de verão do coro das cigarras! Mas o que causa aqui o maior deleite é a relva que cresce no suave declive, suficientemente espessa para proporcionar o apoio perfeito quando repousas a cabeça sobre ela. (PLATÃO, 2010, p. 69).

No entanto, o próprio Sócrates informa que os lugares, em si mesmos, pouco podem ajudá-lo na tarefa de se instruir: “Sabes que sou um aficionado do aprender. Ora, os ambientes rurais e as árvores nada me ensinarão, enquanto exclusivamente as pessoas da cidade podem fazer isso” (PLATÃO, 2010, p. 70). É preciso admitir que por se realizar em lugares públicos, na praça (*ágora*), e sempre com a presença de observadores, além dos próprios protagonistas, o método dialético socrático, a Maiêutica, pode dar a errônea impressão de que se pretende enaltecer o cotidiano. Ao contrário, o Sócrates presente nos diálogos platônicos busca abstrair as pessoas das suas ocupações cotidianas, levando-as a buscarem o seu próprio interior e o que há de verdadeiro, para além das meras aparências cotidianas, que, para o filósofo, não passam de simulacros da realidade.

Platão, ao descrever a sua cidade perfeita, a República, reprovava insistentemente as práticas cotidianas de sua época e denuncia a “natureza” antifilosófica do cotidiano quando, ao

final da sua célebre Alegoria da Caverna, adverte para as dificuldades que os filósofos “... enfrentam quando são obrigados a relacionar-se com as pessoas que se comparam aos prisioneiros no fundo da caverna”. (PLATÃO, 2010, p. 87).

Nesse caso, o cotidiano se identifica com o mundano e temporal e grande parte das atividades tidas como comuns da urbanidade daquele momento não seriam aceitas no “lugar ideal” concebido por Platão.

O fato é que, sem sofrer grandes alterações ao longo dos séculos, esta dicotomia entre o cotidiano [e as demandas das pessoas em seus lugares de convivência] e a filosofia perdurou até o advento do Renascimento, nos séculos XV e XVI, sobretudo devido aos escritos dos pensadores humanistas. Esses, no entanto, estavam mais interessados em recuperar a dignidade humana, perdida desde o fim da antiguidade, tendo passado um milênio de supremacia dos ideais da Fé, no contexto da Baixa e Alta Idade Média. Cabe aqui uma citação de Thomas Morus, referente aos filósofos e de seu conflito com as questões mundanas:

_Caluniais aos Filósofos? – Replicou-me Rafael – não são egoístas a ponto de esconderem a verdade; alguns deles comunicaram-na em seus escritos; e se os senhores do mundo estivessem preparados para receber a luz, poderiam ver e compreender. Infelizmente, uma venda fatal mantém-nos cegos, a venda dos preconceitos e dos falsos princípios, em que os embeberam e com que o infectaram desde a infância. (MORUS, 1985, p. 56)

Também contribuiu para uma “subtração”¹⁰ do cotidiano no mundo medieval ocidental, a constante e recorrente presença de guerras [a título de exemplo, as Cruzadas perduraram por quase dois séculos]. Nesse caso: “A sorte dos homens é deliberada num mundo não-cotidiano: a guerra” (LEFEBVRE, 1991, p. 15).

No *Elogio da Loucura*, de Erasmo, está aquela que pode ter sido a maior crítica feita ao cotidiano, antes do advento da sociedade industrial. Nele, o filósofo, ao informar que faz um elogio grandioso à loucura, faz, na verdade, uma crítica à hipocrisia de sua época, sobretudo aos poderosos.

Erasmo nos lembra que, para a mitologia grega, a loucura é uma Deusa, Moria, que espalha a alegria sobre os Deuses e os mortais. A loucura é filha de Pluto (ou Plutão¹¹ - personificação da riqueza) que, num momento de embriaguez devido ao néctar que bebera à mesa dos Deuses, engravidou Neotetes (a juventude) que é, portanto, a mãe da loucura.

O elogio, no entanto, ao exaltar a loucura e expor o ridículo que os seres humanos aceitam sob a sua influência, torna-se, na verdade, um elogio à filosofia e à sabedoria, por serem essas as únicas capazes de neutralizar os atos da loucura.

¹⁰ O que se afirma não é a inexistência de um cotidiano no mundo medieval, o que seria um absurdo. Mas tão somente o fato de que, diante das vicissitudes da época, o cotidiano passa a ser uma “preocupação” menor e só será objeto de estudo e de compreensão, efetivamente, das gerações posteriores. Não é por acaso que se encontram, nos dias atuais, tantas reinterpretações da vida na Idade Média.

¹¹ Plutão, para os romanos, é o mesmo Hades dos gregos. Narra-se que após uma divisão, Zeus (Júpiter) tenha ficado com os Céus e a Terra, Poseidon (Netuno) com os mares e Hades (Plutão) com as regiões infernais. É digno de nota que o mesmo Deus seja o regente dos infernos, a personificação da riqueza e o pai da loucura.

É como se Erasmo quisesse dizer: “O mundo padece por excesso de loucura e por falta de filosofia e sabedoria”, conforme evidenciado na seguinte citação: Dizei-me, peço-vos, se os loucos que Platão supõe dentro de uma caverna, onde vêem apenas a sombra e as aparências das coisas, estão satisfeitos com sua sorte, se se congratulam e estão contentes consigo mesmos, são eles menos felizes do que o sábio que, ao sair dessa caverna, vê as coisas tais como são? (ERASMO, 2004, p. 71).

A afirmação acima nos faz lembrar de um antigo ditado: “a ignorância é uma benção”. É flagrante a ironia de Erasmo, pois o filósofo sabe que a felicidade advinda da ignorância é estultícia. A loucura, portanto, reina soberana sobre o nosso mundo. Nosso mundo, no entanto, é a caverna. A caverna dos loucos e dos insensatos, que aceitam a aparência como se essa fosse a realidade. Eis a situação do cotidiano, naquele contexto. O que mais depõe contra o período não é tanto a ausência de um cotidiano, mas a ausência dos elementos fundamentais, a partir dos quais se tornou possível, plausível e relevante a constituição de uma teoria sobre os lugares e o cotidiano. Portanto, desde que existem convívio e atividades humanas existe um cotidiano, mas a ideia de que pode haver nele algum “objeto” de reflexão e alguma sabedoria é, relativamente, recente.

Assim, o Ocidente chega à “Era Moderna”, ainda sob uma forte rejeição da vida cotidiana, das preocupações temporais e locais. A situação começaria a ter outra conotação com o advento do Iluminismo¹², no Século XVIII. Entre os pensadores

¹² Nesse ponto, poderá o leitor sentir uma lacuna, ou um salto, devido à ausência de considerações referentes a um período importante da história do ocidente: o Renascimento. Isso se justifica pelo fato de que este texto é fundamentado na transcrição e resumo das apresentações feitas no Seminário,

desse período, destaca-se Immanuel Kant, considerado um grande influenciador do nascimento da ciência geográfica moderna e o primeiro a introduzir a cátedra da geografia.

É inegável o fato de que Kant, naquilo que ele denominou de “conhecimento de mundo”, na forma de uma antropologia pragmática, forneceu os primeiros subsídios teóricos não só para a geografia, mas para quase todas as ciências práticas modernas, incluindo, além da geografia física – os desdobramentos “Geografia Humana” e “Geografia Cultural” só vieram mais tarde –, a psicologia, a ética, a política e a sociologia. Na relação entre a filosofia kantiana e as ciências práticas, assume-se o criticismo kantiano não apenas em seu sentido específico, que se encontra nas suas três¹³ obras declaradamente críticas, mas no seu sentido mais amplo, que perpassa toda a obra do filósofo de Königsberg. A seguinte declaração está em uma carta de Kant a Marcus Herz, datada de 1773:

Este inverno, pela segunda vez, estou oferecendo um curso em antropologia, o qual pretendo transformar em uma disciplina acadêmica própria. Meu intuito é expor através dela as fontes de todas as ciências, ciências da moral, ou habilidade, do convívio social, dos métodos de educar e governar seres humanos, e assim, de tudo o que pertence ao prático (...) Em meu tempo livre, estou trabalhando

ocasião em que, por questões práticas e de tempo, não seria possível uma apresentação tão completa. No entanto, o autor já trabalha na elaboração de um estudo que busca elementos geofilosóficos no Renascimento, sobretudo no que se refere ao Humanismo presente naquele momento.

¹³ Crítica da Razão Pura (1781), Crítica da Razão Prática (1788) e Crítica da Faculdade de Julgar (1790).

em um exercício preparatório para alunos a partir desse (na minha opinião) muito prazeroso estudo empírico da habilidade, prudência, e até sabedoria que, junto com a geografia física e diferente de toda outra instrução, pode ser chamado de conhecimento de mundo. (KANT, 2009, contracapa)

A citação nos fornece o indício de que o ponto em comum oferecido por Kant à relação entre as ciências está em sua *Antropologia sob um ponto de vista pragmático*, a qual o filósofo de Königsberg desejou que fosse uma “fonte de todas as ciências práticas”. Ao analisarmos as afirmações feitas por Kant, contidas na sua *Antropologia*, e as possíveis associações entre as mesmas e aspectos específicos da geografia, encontramos o que pode ser a primeira iniciativa de se esboçar uma geografia cultural ou até uma Geofilosofia, contida na descrição feita por Kant sobre o “caráter do povo”, sob a ótica da originalidade e do tratamento para com os estrangeiros. Trata-se do subitem “O caráter do povo”, da segunda parte da *Antropologia*. A análise kantiana é predominantemente comportamental, geográfica, geofilosófica e cultural, embora também seja centrada em traços biológicos.

No referido texto, Kant descreve características de cinco povos em separado: o povo francês, o inglês, o espanhol, o italiano e o alemão. O autor também dedica um tópico para descrever outros povos que, segundo ele, por algum motivo não se enquadram nos mesmos critérios, como é o caso dos russos, dos poloneses e dos turcos. Sem entrar em considerações sobre o conceito kantiano de “povo”, que extrapolam os propósitos deste trabalho, serão apresentados alguns elementos citados por Kant.

A questão que surge é a seguinte: “Qual é o critério utilizado por Kant, ao analisar os diferentes povos?”. O próprio Kant (2009, p. 207), nos indica uma resposta: “se (os turcos) viajassem para conhecer os homens e aprender seus caracteres étnicos (o que nenhum povo além do europeu faz, o que prova a limitação do espírito de todos os restantes)...”. Portanto, o que interessa a Kant é o grau de civilidade dos povos por ele analisados, o seu “nível cultural” ou o seu interesse em conhecer outras culturas, ainda que seja para dominá-las. Por isso, só os europeus (alguns) merecem um estudo mais detalhado. É evidente que se apresenta aqui uma manifestação inconfundível do *eurocentrismo* vigente naquele momento. Julgá-la agora, no entanto, nos parece algo semelhante a um anacronismo.

Quanto às afirmações de Kant sobre os povos analisados, destacamos:

Sobre o povo francês (p. 208), “um contagioso espírito de liberdade que também arrasta a própria razão para dentro de seu jogo e produz, na relação do povo com o Estado, um entusiasmo avassalador, que extrapola os limites mais extremos”. Em pelo menos dois momentos da história é possível verificar o acerto das palavras de Kant: a Revolução Francesa, que *contagiou* outras tantas nações do mundo e os acontecimentos da década de 1960, quando a atitude revolucionária dos jovens franceses também influenciou atitudes semelhantes em todas as partes do mundo.

Sobre o povo inglês (p. 209), “para seus compatriotas o inglês ergue grandes fundações beneficentes...” [...] “Mas o estrangeiro que o destino fizer ir parar em seu território (...) sempre poderá acabar na estrumeira, porque não é inglês, ou seja, não é ser humano”. Ainda que pese a gravidade das palavras kantianas, as mesmas podem ser corroboradas pela

espécie de domínio cruel exercido pelos ingleses sobre muitas nações, durante séculos, pois, se eram cruéis com os estrangeiros em território inglês, muito mais o seriam em outros territórios.

Sobre o espanhol (p. 210), “... nascido da mistura de sangue europeu com árabe (mouro), mostra em sua conduta pública e privada uma certa solenidade...” [...] “A grandeza espanhola e a grandiloquência encontrada mesmo em sua língua de conversação revelam um nobre orgulho nacional. [...]”.

O italiano (p. 211), “Reúne a vivacidade francesa (jovialidade) com a seriedade espanhola (firmeza)...” [...] “O temperamento não é misto nem dessultório, mas uma disposição da sensibilidade para o sentimento do sublime, conquanto seja compatível com o do belo” [...] “Em seus gestos exterioriza-se um forte jogo de seus sentimentos, e seu rosto é expressivo”.

E sobre o povo alemão (p. 212), dois pequenos, mas expressivos, fragmentos, “... por sua inclinação à ordem e à regra, se deixa antes tyrannizar que envolver em inovações...” e “... certa mania metódica, pela qual se deixa classificar penosamente junto aos demais cidadãos, não segundo um princípio de aproximação da igualdade, mas segundo níveis de preeminência e de hierarquia...”. O que diria Kant se tivesse conhecido a Alemanha do III Reich? Talvez ele próprio se surpreendesse, ao ver a que ponto chegaram a hierarquia e a tirania alemãs.

Embora a citação não se refira às preocupações antropológicas kantianas, mas às considerações a respeito da geografia física, percebe-se já o teor “taxonômico” atribuído por Kant à geografia, em todos os seus domínios. O que reafirma a tendência científica à generalização e à universalização.

No entanto, apesar do “acerto” de Kant, ao avaliar traços

característicos de populações diferentes, esse procedimento produz desdobramentos indesejáveis, que também poderiam ser denominados de “efeitos colaterais” da universalização. Sob a ótica geral da cultura e, mais especificamente, da geografia cultural, o risco que se corre é o de valorizar demasiadamente os aspectos gerais, em detrimento das características particulares.

Não se trata aqui de um pronunciamento contra o procedimento científico, mas tão somente contra um uso impróprio e desumano. Se a classificação feita por Kant, e tantas outras que são feitas a todo momento, forem utilizadas em prol das populações, uma vez que possibilita um melhor conhecimento das mesmas, isto é louvável, mas se for transformada e reduzida completamente à estatística, ou, o que é pior, se for utilizada para depreciar, criar subtipos, dominar, então é melhor que ela não seja realizada.

Portanto, o que está em jogo aqui é um uso específico das generalizações. Nesse caso, o uso com finalidades depreciativas que, ao invés de contribuir para o enriquecimento humano, ao contrário, o conduzem à ruína. Talvez, por isso, a geografia tenha recebido indagações e críticas relativas à sua “verdadeira” missão. Yves Lacoste, por exemplo, em uma obra eminentemente investigativa sobre a tarefa da geografia, fez uma afirmação que, acreditamos, também poderia ser feita para a filosofia [epistemologia], mas que pode ser encaminhada de forma diferente, e mais compreensiva, para a Geofilosofia, entendida como área de conhecimento:

Pois, a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra. Para toda ciência, para todo saber deve ser colocada a questão das premissas epistemológicas; o processo

científico está ligado à uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder. (LACOSTE, 1989, p. 22)

Nesse caso, caberia à Geofilosofia um estudo sobre a tendência à universalização, já presente nos pensadores da antiguidade, mas que ganhou força e dimensões políticas e econômicas na modernidade, consolidando-se na contemporaneidade. Um uso específico da universalização recebe, nos dias atuais, o pretencioso nome de globalização. Ela age contra o lugar, assim como os interesses dos grandes concentradores de riqueza agem contra a pessoa humana. A intenção deste texto não foi, portanto, abordar a gênese dessa tendência à universalização, mas tão somente a sua presença, a partir da modernidade. Reconhece-se o seu valor histórico e científico, no entanto, procura-se investigar até que ponto ela contribuiu para a constituição da chamada globalização. No âmbito filosófico, a questão tem início quando se procura abordar, e transpor para uma dimensão política, as questões centrais da humanidade. A Geofilosofia, como área do conhecimento, tem como uma de suas preocupações o entendimento mais compreensivo dessa globalização, para a qual apresentaremos uma leitura possível, no próximo tópico.

A Geofilosofia de Milton Santos e a globalização: uma contribuição brasileira

Embora Milton Santos não tenha se dedicado especificamente ao estudo da Geofilosofia, o propósito deste tópico é propor a questão sobre se ele pode ser incluído entre os geofilósofos, em virtude das suas preocupações com o estatuto da globalização, um tema indiscutivelmente geofilosófico.

Nesse sentido, uma afirmação sua mostrou-se bastante pertinente e embasará a reflexão que se seguirá:

Dorrit Harazim: O senhor costuma brigar com o conceito de “o mundo inteiro”. Por quê?

Milton Santos: Porque “o mundo inteiro” é uma ficção. A chamada “aldeia global” não existe. É apenas uma construção. Eu sempre desconfio de tudo o que é apresentado como sendo global, pois falta sentido a esse conceito. É um mundinho este nosso. Meu ponto de partida são os valores. Estes podem até se tornar mundiais, mas o ponto de partida é local.

Dorrit Harazim: Um produto como a Coca-Cola não seria a representação de algo global?

Milton Santos: Não, nem mesmo a Coca-Cola, porque em cada país ou local o significado de beber o refrigerante é diferente. O produto parece ser o mesmo mundo afora, só que ele adquire tantos pesos e valores quanto as várias geografias. (SANTOS & HARAZIM, 2011, p. 170).

Para Santos, portanto, não seria justo pensar na globalização como algo que faça referência a um mundo único,

dado, sobretudo, ao caráter desigual da “aldeia global”. Para Santos, podemos pensar, de outra forma, a pretensa “unidade do mundo” de três maneiras diferentes, conforme outro escrito seu:

O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: outra globalização. (SANTOS, 2009, p. 18).

As três faces da globalização: (1) o mundo como um conto de fadas; (2) o mundo como perversão e (3) o mundo possível.

1) O mundo como ele gostaria que acreditássemos: a globalização como um conto de fadas. [...] Um exemplo é a ideia de "aldeia global" para acreditar que a disseminação imediata de notícias realmente se comunica com as pessoas.

2) Para a maioria da população mundial, a globalização é imposta como uma fábrica de perversidade. A fome e a falta de um lar permanente são comuns em muitos continentes. Os processos migratórios por razões políticas das guerras civis e por várias outras razões se desenvolvem em várias partes do mundo, e a Europa experimentou esse problema de maneira assustadora. A violência urbana cresce em mais lugares. Esse sofrimento pode, de uma maneira ou de outra, ser levado em consideração na globalização.

3) No entanto, também pensamos em construir um novo mundo através de uma globalização mais humana. O que hoje se apresenta como um problema, a diversidade de povos, culturas, gostos, etnias, poderá no futuro ser apresentada como o elemento mais poderoso de um novo mundo. Uma nova Terra.

Nesse ponto, acreditamos que o trabalho de Milton Santos possa ser uma Geofilosofia, pois defende a urgência de um novo

discurso, uma nova metanarração para a realidade global, que poderia ser a nova *Koinè*, expressão também citada por Caterina Resta. Assim, a universalidade não seria mais apenas um desenho abstrato na mente dos filósofos, mas está na experiência cotidiana de todo ser humano.

Outro aspecto que aproxima Milton Santos da Geofilosofia e de uma abordagem geofilosófica é o seu conhecido apreço pela introdução de novos conceitos, dentre os quais, destaco: *Globalitarismo*, que, de forma simplificada, pode ser entendido como uma união dos termos “Globalização” e “Totalitarismo”: “...vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização” (Santos, 2009, p. 55). Esse novo conceito pode ser entendido como uma contribuição geofilosófica em dois âmbitos. Primeiro, devido ao conteúdo, uma vez que faz referência à Terra e à maneira como a habitamos e a compreendemos e, por outro lado, devido à forma e, para justificar essa afirmação, mais uma vez recorreremos ao texto *Geofilosofia*, de Deleuze e Guattari, para os quais o conceito é uma maneira de lidar territorial e geofilosoficamente com o pensamento, conceituar é reterritorializar o pensamento:

A plurivocidade do conceito depende unicamente da vizinhança (um conceito pode ter muitos outros conceitos vizinhos). [...] Donde a importância das questões na filosofia: que meter num conceito, e com que co-metê-lo? Que conceito é preciso pôr ao lado deste, e que componentes em cada um? São questões da criação de conceitos. [DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 119]

Ao fundir as duas palavras, Milton Santos retira o significado específico de cada um dos termos da sua vizinhança

territorial e conceitual, remetendo-o para um novo significado, territorializando-o, na forma de um novo totalitarismo global: *globalitarismo*. Nada é mais geofilosófico, é duplamente geofilosófico.

Enfim, concluímos chamando a atenção do leitor para as inúmeras possibilidades que a Geofilosofia nos oferece. Quanto à realidade brasileira, podemos, por exemplo, apontar algumas delas: uma Geofilosofia do desenvolvimento social do Brasil; uma Geofilosofia da cultura brasileira; uma Geofilosofia da paisagem brasileira.

Referências

BUENO, Silveira. Prefácio à Odisséia, de Homero. In: HOMERO. Odisséia. Tradução de Manoel Odorico Mendes. São Paulo: Atena Editora, 2009, p. 6-11.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O que é a Filosofia. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

ERASMO. Elogio da Loucura. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2004.

HOMERO. Odisseia. Tradução: Manoel Odorico Mendes. eBooksBrasil. São Paulo: Atena Editora, 2009.

KANT, Immanuel. Antropologia de um ponto de vista pragmático. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Editora Iluminuras, 2009.

LACOSTE, Yves. A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 1989.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

MORUS, Thomas. A Utopia. Tradução de José Marinho. Lisboa: Guimarães Editores, Lda., 1985.

PLATÃO. Apologia, Banquete e Fedro. Tradução de Edson Bini e Albertino Pinheiro. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

PRE-SOCRÁTICOS. Pré-Socráticos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RESTA, Caterina. 10 teses de Geofilosofia. Mimeo. Publicado originalmente: Appartenenza e localitá: l'uomo e il territorio, a cura di L. Bonesio, Milano, 1996. Disponível em: http://geofilosofia.it/terra/Resta_geotesi1.html - acesso 26/03/2011.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. 18. ed. São Paulo: Record, 2009. 57

SANTOS, M. e HARAZIM, D. O mundo não existe. In: HISSA, Cássio E. Viana (Org). Conversações de artes e de ciências. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 169-176.

Organização

Caterina Resta – Univesità degli Studi di Messina/Itália

Sandro Gorgone – Univesità degli Studi di Messina/Itália

Rossvelt José Santos- Universidade Federal de Uberlândia/
Brasil

Paulo Irineu Barreto Fernandes – Instituto Federal do Triângulo
Mineiro/Brasil

Sobre os autores

Caterina Resta. Professora titular de Filosofia Teorética na Università Degli Studi di Messina (Itália), Departamento de Civilização Antiga e Moderna. É membro do Conselho de Docentes do Doutorado em Filosofia, na mesma Universidade. É integrante do Conselho Diretor da Sociedade Italiana de Filosofia Teorética.

Paulo Irineu Barreto Fernandes. Professor de Filosofia no Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Doutor em Geografia Humana e Cultural e Mestre em Filosofia Política e Social, pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Grupo de Estudos em Geofilosofia (IFTM/CNPQ). Doutorando em Filosofia no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

“A Geofilosofia é, também, uma *topologia*, pois é uma disputa contra o privilégio concedido ao Ocidente, pela história, e contra uma concepção linear e sequencial de tempo, ela contrapõe a ideia de ‘topologia humana’ como uma abertura no espaço-tempo do evento, centrada no lugar.”

Caterina Resta

“Fazer Geofilosofia significa, portanto, procurar respostas para as indagações humanas que valorizem tanto o universal, quanto o particular; tanto a humanidade, quanto a pessoa; tanto a Terra, quanto o lugar.”

Paulo Irineu

